

**Município de Carrapateira**

Criado pela Lei Municipal nº. 115/98, de 14 de Fevereiro de 1998

Jornal Oficial do Município—Ano XXIII - Nº. 899 Carrapateira - PB,  
10 de dezembro de 2021**ATOS DO PODER EXECUTIVO****PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA**  
**GABINETE DA PREFEITA****LEI Nº 336 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.***“Dispõe sobre a criação do Programa Família Acolhedora e dá outras providências”.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito do Município de Carrapateira o Programa Família Acolhedora, a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania.

§1º O Programa Família Acolhedora será desenvolvido em consonância com o que preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8742/93, alterada pela Lei 12.435/11, com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90, bem como, com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, a Política Nacional de Assistência Social - Resolução nº145/04 do CNAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - Resolução nº109/2009 do CNAS; sendo classificado como serviço de proteção social especial de alta complexidade, na qual fica garantida a proteção integral às famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo de convivência familiar e/ou comunitária.

§ 2º O acolhimento familiar caracteriza-se como uma alternativa de proteção às crianças e aos adolescentes que precisam, temporariamente, ser retirados de sua família de origem, mediante a concessão temporária de guarda e responsabilidade, conforme decisão judicial sendo a mesma inserida no seio de outro núcleo familiar.

**Art. 2º** O Programa Família Acolhedora tem como princípios:

I - direito à convivência familiar e comunitária preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90, evitando a ruptura dos vínculos com familiares e os prejuízos causados pela institucionalização;

II - direito de crianças e adolescentes à convivência em núcleo familiar em que sejam asseguradas as condições para seu desenvolvimento;

III - trabalhar as relações intra familiares e os vínculos afetivos entre as crianças e os adolescentes e seus familiares para compreender e sanar as causas que levaram ao amparo temporário em família acolhedora criando condições para o retorno da criança e do adolescente prioritariamente à sua família de origem.

**Art. 3º** O Programa Família Acolhedora tem como objetivos:

I - garantir às crianças e adolescentes, proteção através de amparo provisório em famílias acolhedoras;

II - oferecer apoio e suporte psicossocial às famílias de origem, facilitando sua reorganização e o retorno de seus filhos, devendo para tanto

incluir-los em programas sociais diversos, inclusive nos de transferência de renda;

III - interromper o ciclo da violência e da violação de direitos em famílias socialmente vulneráveis;

IV - tornar-se uma alternativa ao abrigo e à institucionalização, garantindo a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes;

V - oferecer apoio psicossocial às famílias acolhedoras para execução da função de acolhimento;

VI - possibilitar a convivência comunitária e o acesso a rede de políticas públicas, e;

VII - preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário.

**Art. 4º** O programa atenderá crianças e adolescentes do Município de Carrapateira, de zero a dezoito anos incompletos, inclusive àqueles com deficiência, que estejam sendo vítimas de maus tratos, negligência, abandono e formas múltiplas de violência e que necessitem de proteção por determinação judicial.

Parágrafo único. Somente será inserida no Programa Família Acolhedora à criança e/ou adolescente que assim for designada por ordem judicial.

**Art. 5º** O Juizado da Vara da Infância e Juventude de Carrapateira concederá a guarda da criança ou adolescente à família acolhedora previamente cadastrada, capacitada e assistida pelo programa.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania poderá firmar parcerias com entidades e instituições que atuem no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente objetivando a identificação de famílias com capacidade para atuar no Programa e fiscalizar seu desempenho como tal.

**Art. 7º** O acolhimento por família acolhedora, no âmbito do Programa, terá caráter temporário e seu tempo de duração será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante autorização judicial.

Parágrafo único. A equipe técnica fornecerá ao Juízo da Infância e da Juventude relatório bimestral sobre a situação do assistido, em cada caso particular.

**Art. 8º** Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela equipe técnica do Programa, que será responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento.

Parágrafo único. Todo processo de acolhimento e reintegração familiar se dará por autorização judicial nos termos da Lei 8.069, de 1990.

**Art. 9º** A inscrição das famílias interessadas no acolhimento de crianças e adolescentes será gratuita e feita mediante preenchimento da Ficha de Cadastro do Programa e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

I- Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho;

II- Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; III - Certidão de Nascimento ou Casamento;

IV- Comprovante de Residência;

V- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; VI - Atestado de Sanidade Física e Mental;

VII - Comprovante de Rendimentos.

Parágrafo único. A inscrição da Família Acolhedora no programa será realizada pela equipe técnica do programa e condicionada a apresentação dos documentos supra citados de todos os membros do núcleo familiar maiores de 18 anos. Sendo que os responsáveis pelo acolhimento não poderão ter nenhuma pendência com a documentação requerida; quanto aos outros membros da família a equipe técnica deverá avaliar cada situação.

**Art. 10.** Poderá ser família acolhedora aquela cujo responsável tenha idade mínima de 25 anos, e preencha os seguintes requisitos:

- I - residente no Município de Carrapateira com tempo comprovado no mínimo de 02 anos;
- II - com boas condições de saúde física e mental;
- III - que não tenha pendência judicial;
- IV - com tempo disponível para a criança e/ou adolescente, capacidade de dar afeto e cujos membros mantenham uma relação harmoniosa no espaço do lar;
- V - com parecer psicossocial favorável emitido pela equipe técnica do programa;
- VI - estarem todos os membros da família em comum acordo com o acolhimento;
- VII - residir em imóvel com espaço e condições adequados ao acolhimento.

**Art. 11.** São deveres e direitos da família acolhedora:

- I - assegurar à criança e/ou adolescente assistência material, educacional, espiritual, afetiva e de saúde;
- II - acolher, quando for o caso, grupo de irmãos para evitar a ruptura dos vínculos familiares;
- III - assinar o Termo de Adesão após emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no programa;
- IV - participar das capacitações e encontros a serem marcados pela equipe técnica do Programa;
- V - participar de serviços e Programas de Assistência Social desenvolvidos pelo Município e de atividades comunitárias, conforme orientação da equipe técnica;
- VI - receber a equipe técnica do programa em visita domiciliar;
- VII - comunicar a equipe do serviço todas as situações de enfrentamento, de dificuldades que observem durante o acompanhamento, seja sobre a criança, seja sobre a própria família acolhedora e a família de origem.

**Art. 12.** A equipe técnica do programa, no uso de suas atribuições, acompanhará sistematicamente as famílias acolhedoras, as crianças e adolescentes acolhidos e as famílias de origem.

§ 1º O acompanhamento às famílias acolhedoras e às famílias de origem se dará por meio de:

- I - visitas domiciliares e elaboração de um plano de acompanhamento familiar a ser preparado para cada família;
- II - atendimento psicossocial aos envolvidos;
- III - preparação e execução de encontros de acompanhamento a serem realizados com a presença das famílias envolvidas e das crianças e adolescentes acolhidos;
- V - encaminhamento a Rede de Proteção Socioassistencial e Intersetorial.

**Art. 13.** O Programa institui o auxílio financeiro mensal, no valor correspondente a um salário mínimo por criança e/ou adolescente acolhido, a ser repassado pelo Município à família acolhedora, visando o custeio dos gastos relativos às necessidades dos acolhidos.

§ 1º. O auxílio financeiro será subsidiado pelo Município de Carrapateira, através da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, conforme previsão na dotação orçamentária, bem como doações e outras parcerias.

§ 2º Na hipótese da família acolher a mais de um beneficiário, para cada novo acolhido será repassado o equivalente a meio (1/2) salário mínimo, até o limite de três (3) beneficiados.

§ 3º O pagamento do auxílio financeiro será feito mensalmente de acordo com as normas e procedimentos legais da Prefeitura.

§ 4º A prestação de auxílio financeiro se encerrará ao final do acolhimento.

§ 5º Mediante justificativas que envolvam laços de parentescos entre os beneficiados, a regra do §2º poderá ser excepcionada.

§ 6º O Auxílio de que trata este artigo será pago proporcionalmente aos dias de acolhimento, quando estes forem menores do que o mês corrido.

**Art. 14.** Os casos de inadaptação entre crianças ou adolescentes e familiares acolhedores identificados pelo programa serão, imediatamente, comunicados ao Juízo da Infância e Juventude, que poderá determinar o desligamento compulsório da família no Programa.

**Art. 15.** Compete à Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania a composição da equipe técnica do Programa Família Acolhedora.

**Art. 16.** São atribuições da equipe técnica do programa:

- I - cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras;
- II - acompanhar e dar apoio psicossocial às famílias acolhedoras, da famílias de origem e crianças e adolescentes durante o acolhimento;
- III - garantir apoio psicossocial à Família Acolhedora após a saída da criança;
- IV - oferecer às famílias de origem apoio e orientação psicossocial, inclusão nos programas sociais da prefeitura e inclusão na rede sócio assistencial do bairro;
- V - acompanhar crianças, adolescentes e famílias de origem após a reintegração familiar por até dois anos;
- VI - organizar encontros, cursos, capacitações e eventos;
- VII - realizar a avaliação sistemática do programa e de seu alcance social;
- VIII - enviar relatório avaliativo bimestral à autoridade judiciária informando a situação atual da criança ou adolescente, da família de origem e da família acolhedora;
- IX - desenvolver outras atividades necessárias ao bom desempenho do programa.

**Art. 17.** Fica admitida no âmbito do Programa Família Acolhedora a figura da família extensa, assim entendida aquela formada por parentes próximos com os quais o assistido convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Parágrafo único. À Família Extensa se aplicam as condicionantes e obrigações da família acolhedora, exceto quanto à exigência de residência no Município, admitindo-se, neste caso, a residência no Estado do Espírito Santo.

**Art. 18.** A Assistência material prevista nesta Lei poderá excepcionalmente ser concedida à família de origem identificada como hipossuficiente que receber ordem judicial de reintegração de criança e adolescente.

§ 1º Será considerada necessitada do benefício, para os fins deste artigo, a família cuja renda per capita for igual ou inferior a meio (1/2) do salário mínimo, não considerando para fins destes cálculos, os benefícios de transferência de renda recebidos pelo núcleo familiar.

§ 2º Aplica-se, na hipótese deste artigo, todas as condicionantes da família acolhedora, no que couber.

**Art. 19.** O benefício desta Lei somente poderá ser concedido a cada família pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Art. 20.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carrapateira/PB, em 09 de dezembro de 2021.

*Marineidia da Silva Pereira*  
**MARINEIDIA DA SILVA PEREIRA**  
 Prefeita Constitucional

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA/PB  
CASA FRANCISCO GOMES PEDROSA

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2021

*Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Carrapateirense ao Cabo PMPB João Gregório Oliveira de Lira, e dá outras providências.*

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARRAPATEIRA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 158 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Concede Título de Cidadão Carrapateirense ao Cabo PMPB João Gregório Oliveira de Lira, em reconhecimento pelos bons e relevante serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no dia 11 de dezembro de 2021, data em que se comemora o 60º (sexagésimo) aniversário de emancipação político administrativo do município de Carrapateira, Estado da Paraíba, em sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

**Art. 2º** Este DECRETO LEGISLATIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Carrapateira-PB, 09 de dezembro de 2021.

*Thuana Pereira Silva*  
THUANA PEREIRA SILVA  
Vereadora-Presidente

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2021

*Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Carrapateirense ao Historiador José Marconi Gomes Vieira, e dá outras providências.*

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARRAPATEIRA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 158 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Concede Título de Cidadão Carrapateirense ao Historiador José Marconi Gomes Vieira em reconhecimento pelos bons e relevante serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no dia 11 de dezembro de 2021, data em que se comemora o 60º (sexagésimo) aniversário de emancipação político administrativo do município de Carrapateira, Estado da Paraíba, em sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Carrapateira-PB, 09 de dezembro de 2021.

*Thuana Pereira Silva*  
THUANA PEREIRA SILVA  
Vereadora-Presidente

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2021

*Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Carrapateirense ao 3º sargento QPC PMPB José Rivanildo de Oliveira, e dá outras providências.*

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARRAPATEIRA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 158 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Concede Título de Cidadão Carrapateirense ao 3º sargento QPC PMPB José Rivanildo de Oliveira, em reconhecimento pelos bons e relevante serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no dia 11 de dezembro de 2021, data em que se comemora o 60º (sexagésimo) aniversário de emancipação político administrativo do município de Carrapateira, Estado da Paraíba, em sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

**Art. 2º** Este DECRETO LEGISLATIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Carrapateira-PB, 09 de dezembro de 2021.

*Thuana Pereira Silva*  
THUANA PEREIRA SILVA  
Vereadora-Presidente

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2021

*Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Carrapateirense a Professora Francineide de Sousa Silva Alves, e dá outras providências.*

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARRAPATEIRA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 158 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Concede Título de Cidadã Carrapateirense a Professora Francineide de Sousa Silva Alves, em reconhecimento pelos bons e relevante serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no dia 11 de dezembro de 2021, data em que se comemora o 60º (sexagésimo) aniversário de emancipação político administrativo do município de Carrapateira, Estado da Paraíba, em sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Carrapateira-PB, 09 de dezembro de 2021.

*Thuana Pereira Silva*  
THUANA PEREIRA SILVA  
Vereadora-Presidente

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2021

*Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Carrapateirense ao Advogado, Dr. José Cassimiro Leite e dá outras providências.*

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARRAPATEIRA, ESTADO DA PARAIBA, no uso

de atribuições que lhe confere o artigo 158 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Concede Título de Cidadão Carrapateirense ao Advogado, Dr. José Cassimiro Leite em reconhecimento pelos bons e relevante serviços prestados a este Município.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará no dia 11 de dezembro de 2021, data em que se comemora o 60º (sexagésimo) aniversário de emancipação político administrativo do município de Carrapateira, Estado da Paraíba, em sessão Solene realizada pela Câmara de Vereadores.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Carrapateira-PB, 09 de dezembro de 2021.

  
**THUANA PEREIRA SILVA**  
Vereadora-Presidente